



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

### ECONOMIA SOLIDÁRIA E A INCLUSÃO PRODUTIVA

Roselene Aparecida da Silva Correa<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo problematiza o debate sobre economia solidária e o seu alcance como uma ferramenta de inclusão produtiva ao discutir os indicadores de empreendimentos no Brasil.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Exclusão Social. Cooperativismo. Inclusão produtiva.

**Abstract:** This article problematizes the debate of solidarity economy and its reach as a productive inclusion to discuss the business indicators in Brazil.

**Keywords:** Solidarity economy. Social exclusion. Productive inclusion.

#### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar um breve levantamento sobre Economia Solidária e a inclusão social e produtiva na cidade de Osasco, que no decorrer de 13 anos faz parte das políticas públicas desenvolvidas no Município de Osasco, instituído pela Lei nº 3978, em 27 de dezembro de 2005.

Segundo os dados do Cadastro Único do Governo Federal o último relatório do Ministério da Cidadania<sup>2</sup>, emitido em 17 de março 2019, relativo ao Bolsa Família, mostra que Osasco tem 24.833 famílias beneficiadas pelo programa, o que significa uma cobertura de 81,81% do total de famílias consideradas vulneráveis na cidade e vivendo com per capita abaixo de R\$ 89,00, (Oitenta e nove reais). Essa situação de exclusão social ocorre mais intensamente em ¼ das áreas do município (Censo Demográfico, IBGE, 2019).

Para Pochmann (2002), a exclusão social está para além do que entendemos, representa uma ampliação da visão acerca da pobreza e da desigualdade, ele aponta para privação de direitos básicos e como cada indivíduo construiu sua história dentro da realidade que lhe foi imposta e o que essa imposição privou esse indivíduo no sentido de acesso as poucas políticas públicas existentes.

Falar em exclusão remete o pensamento instantaneamente para a ideia de desigualdade. Não há como pensar em grupos privados de direitos considerados básicos sem que tenha em mente um comparativo, outro cujo acesso seja pleno. A desigualdade de renda, de oportunidades de trabalho, de acesso à saúde, à justiça, à escola, à cultura, ao lazer, à segurança, à escolha e cidadania política constituem,

<sup>1</sup> Profissional de outras áreas. Universidade Nove de Julho. E-mail: <rosi\_correa@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://mds.gov.br/bolsafamilia>>

cada uma delas, faces de uma única questão abrangente que, quando estudada e conjunto e focada sobre o que estão despojados desses direitos, costuma-se chamar de exclusão social. (Pochmann, 2003, p. 15).

Nesse sentido, a Economia Solidária torna-se um tema desafiador para assistentes sociais não somente na intervenção a questão social, que se expressa pelas inúmeras desigualdades sociais da sociedade capitalista, mas também enquanto área do saber, se desenvolvendo como produtora de conhecimento, visto o entendimento de ser este um debate fundamental para a investigação tanto da realidade como das relações sociais.

### 1.1 ORIGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As origens da Economia Solidária no Brasil surgem no centro da mais ampla e intensa crise da economia social sofrida pelo país no século passado, na época estávamos sob a ditadura militar, que nem de longe estava preparada ou disposta para dar respostas às vítimas da súbita exclusão social que estavam vivendo.

A partir do século XX durante a década de 1980 devido à exploração no mundo do trabalho, que tem por base o aumento da concentração de riquezas e de poder, o desemprego, a enfraquecimento das relações de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são negados para garantir sua sobrevivência.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, IBGE (2001) se instalou neste período uma crise social gerando desemprego em massa e intensa exclusão social, a Economia Solidária renasceu no Brasil se organizando a partir dos diversos movimentos sociais desde os de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, até os populares urbanos como o de catadores de material reciclável e os organizados principalmente por meio de fóruns.

A partir da mobilização e articulação desses atores que em 2001 no I Fórum Social Mundial, e em 2003 o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; enquanto movimento social tornou-se, mobilizadora de políticas públicas através das demandas que encaminha aos governos públicos.

Segundo Paul Singer (2009), a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES nasce em 2003, período em que a Economia Solidária estava numa fase de afirmação e início institucional. Afirma ainda que com o apoio do Partido dos Trabalhadores – PT e do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, que de pronto acolheu a solicitação de criar uma secretaria no Ministério Trabalho e Emprego - MTE, visto que anteriormente já haviam acontecido vários debates sobre tema o que levou o PT a entender que a Economia Solidária poderia trazer respostas para a questão do desemprego. Quando

**Commented [JFS1]:** VERIFICAR AS ALTERAÇÕES QUE FIZ NO PARÁGRAFO E MANTER

Lula foi eleito presidente pela primeira vez, em 2002, a Economia Solidária era uma das diretrizes do seu programa de governo.

(Singer, Paul – 2009).

Com a mobilização da Igreja, dos sindicatos e das universidades, as iniciativas dispersas de combate à fome e à miséria começaram a se aglutinar, processo poderosamente impulsionado pelas reuniões do Fórum Social Mundial em Porto Alegre a partir de 2001. Ao mesmo tempo, no seio do Partido dos Trabalhadores (PT) amadurecia a consciência da necessidade de respostas originais efetivas à ofensiva neoliberal, que parecia ter varrido do horizonte qualquer alternativa progressista à volta ao capitalismo selvagem que abarcava o mundo. Data deste período o início dos programas de renda mínima e das políticas de fomento à economia solidária por governos municipais e estaduais, em sua maioria petista. (SINGER 2009, p.43).

Os programas cresceram em todo país, com destaque para o Banco do Povo nos Estados, Empreendedorismo Popular Solidário, capacitação, centros populares de comercialização e outros. Vale destacar também que o MTE buscou estabelecer parcerias com outras estruturas de governo que desenvolvem ações com interface direta com as diretrizes da economia solidária. As principais parcerias estabelecidas deram-se junto aos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, com suas ações de apoio à geração de renda a parcelas da população em situação de pobreza; Ministério do Meio Ambiente - MMA, com ações ligadas à Agenda 21 que envolve todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente; Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, com suas ações de cooperativismo e apoio aos empreendimentos de agricultura familiar; entre outros (Singer, 2009).

Cooperativismo é uma dessas palavras mágicas à semelhança do termo Democracia que servem para tudo, como uma chave-mestra que abre todas as portas. A cooperação sempre esteve presente na história do homem desde os primórdios que se valiam da cooperação para alcançar seus objetivos e a história segue o mesmo percurso. O Cooperativismo surge como uma alternativa para geração de renda em um mercado de trabalho no qual as pessoas percebem que sozinhas terão pouca ou nenhuma chance de conseguir uma oportunidade, visto que o capitalismo produz desigualdade crescente formando sociedades profundamente desiguais, (Singer, 2002).

Dentro dessas práticas está a Economia Solidária que se expressa como um novo modelo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos.

Singer (2003) ainda afirma que as práticas econômicas populares derivam fora do assalariamento formal, como vendedores ambulantes, autônomos, feirantes, artesões, entre outros que sustentam laços solidários de produção social sendo um meio de distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado por aqueles que se encontram marginalizados

no mercado de trabalho, unindo o princípio de posse com o princípio da socialização desses meios.

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade. A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade. (SINGER, 2002, p. 10)

Essa política afirma-se como uma via alternativa de geração de trabalho e renda por intermédio de novos empreendimentos coletivos e individuais (cooperativismo, associativismo, redes e outras formas), com a finalidade de desenvolver o potencial humano, estimulando a harmonia social com caráter emancipatório, com princípios de igualdade e lealdade entre os indivíduos mostrando que a integridade é fundamental para manter as relações, não somente das redes ou do empreendimento solidário em si, mas também como indicador dos ideais de cooperação, coletividade e solidariedade.

## 1.2 METODOLOGIA

Com objetivo de mapear o cenário das práticas de economia solidária no Brasil realizamos pesquisa documental secundária

Para Flick;

A análise dos documentos pode se referir a materiais existentes – como diários – que ainda não foram usados como dados em outros contextos. Às vezes eles se referem a conjuntos de dados existentes de outros contextos – como estatísticas oficiais que foram produzidas não para pesquisa, mas para propósitos de documentação. O termo “análise secundária” significa que você analisa os dados que não foram coletados para o seu próprio projeto de pesquisa. Em vez disso, você usa os conjuntos de dados existentes que foram produzidos para outros propósitos. (FLICK, 2013 p. 124).

A Economia solidária tem sido objeto de análise de muitos pesquisadores no Brasil e de outros países, tendo em vista o crescimento nos últimos 20 anos, por se tratar de política de desenvolvimento voltada para um público excluído que vem tendo ampliada sua pobreza e exclusão social.

Sendo assim, o levantamento dos dados não se limita à importância para o entendimento de como e onde essa política melhor se desenvolve, mas também para ampliar a compreensão de questões que se colocam para alcançar o papel dessas iniciativas.

Com o objetivo de obter respostas a partir desses questionamentos, centrou-se no contexto atual de desafios e potencialidades em que se encontram os empreendimentos de

economia solidária, utilizando os dados auferidos pelo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil e IPEA.

### 1.3 INDICADORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Segundo o IPEA em meados de 2009 a 2013 a SENAES em parceria com o FBES, iniciou a realização da segunda rodada de informações gerais a serem coletados juntos aos empreendimentos de Economia Solidária. Com a finalidade de construir o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES com o intuito de oferecer um material expressivo e atual sobre os elementos que compõe esses empreendimentos, além da necessidade de alternativas para a continuidade do desenvolvimento da política pública no Brasil<sup>3</sup>.

O II Mapeamento da Economia Solidária teve ainda o objetivo de estabelecer elementos para desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade dos EES, sendo capaz de propor caminhos para a democratização desta atividade pública, para a incorporação de grupos sociais excluídos, para o aprendizado institucional e fortalecimento das instituições envolvidas.

Serão tratadas aqui informações sobre a quantidade de empreendimentos mapeados e sua distribuição regional, a organização social e suas principais características, aspectos econômicos e gerenciais, além da relação, dos empreendimentos com outras formas de organização social no país.

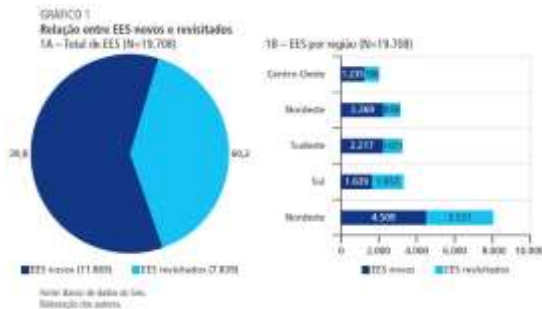
Ao todo, o mapeamento do SIES identificou 19.708 empreendimentos organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os Estados/ Federação. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos EES, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) são de EES revisitados. Gráfico 1 ilustra essa quantidade e proporções para o Brasil e suas regiões (IPEA, 2016, p. 10).

Gráfico 1 - Relação entre Empreendimentos Econômicos Solidários novos e revisitados x Empreendimento Econômico Solidário por Região (número total de 19.708).

---

<sup>3</sup>Disponível em:

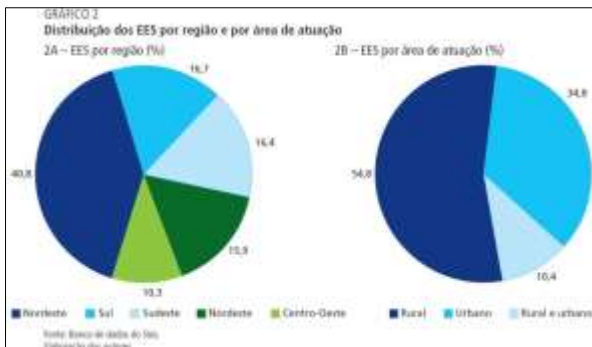
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026\\_relatorio\\_pesquisa\\_novos\\_dados\\_mapeamento\\_economia\\_solidaria\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf)>



Fonte: Banco de dados do SIES.

Segundo IPEA (2016, p. 19) em termos regionais, a maior parte dos Empreendimentos organizados se encontra na região Nordeste, responsável por 40,8% do total de empreendimentos mapeados. As regiões Sul, Sudeste e Norte apresentaram proporções próximas, em torno de 16%, e o Centro-Oeste concentra o menor percentual, 10,3%. As regiões que apresentaram destaque de variação de participação percentual no total foram: Nordeste (que caiu de 43,5% para 40,8%) e Norte (que subiu de 12% para 15,9%). No tocante à área de atuação nos municípios, mais da metade atua em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8% que atuam em áreas urbanas e 10,4% que se identificaram com atuação simultânea tanto em áreas rurais quanto em urbanas. No primeiro mapeamento também ficou destacado o meio rural, em função das organizações da agricultura familiar que buscam diferentes estratégias associativas<sup>4</sup>. Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários por região e por área de atuação.



Fonte: Banco de dados do SIES.

Observamos que a região Nordeste é onde mais se desenvolve a Economia Solidária. O Sistema de Indicadores de Percepção Social - SIPS destaca um processo de

<sup>4</sup>Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/relatoriospesquisa/161026\\_relatorio\\_pesquisa\\_novo\\_s\\_dados\\_mapeamento\\_economia\\_solidaria\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/relatoriospesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novo_s_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf)

exclusão evidenciando territórios marginalizados pelo sistema financeiro. A análise demonstra que 39,5% da população brasileira não possui conta bancária. Na região Norte, a exclusão é maior, já que 50% de seus moradores não têm vínculo algum com uma agência bancária. Na região Nordeste, o quadro é um pouco pior, 52,6%. Na região Sul, que é a menos excluída, esse percentual é de 30%, IPEA/SIPS (2011).

Segundo Gaiger (2008) a Economia Solidária quando internalizada, compreendida pelos empreendedores, se configura como uma resposta dos próprios trabalhadores às transformações atuais do mundo do trabalho pautadas em uma nova lógica de desenvolvimento, que seja capaz de combinar geração de trabalho e renda com desenvolvimento humano.

Os dados levantados pelo SIES mostram claramente essa mistura apontada pelos sócios entrevistados ao redor do país. Questões como: obter uma fonte complementar à renda da família; alternativa ao desemprego; obter maiores ganhos com um empreendimento coletivo; estarem uma atividade onde todos são donos; e auxiliar no desenvolvimento comunitário são as principais intenções conforme tabela 3.

**Tabela 3** - Principais motivações para a constituição dos Empreendimentos econômicos solidários (EES).

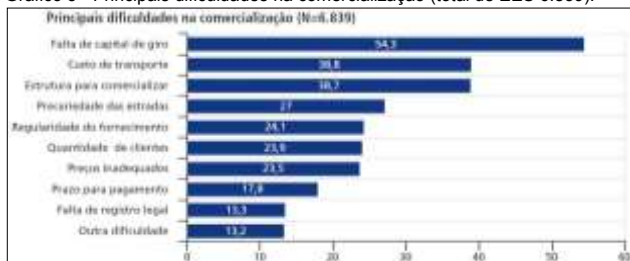
Motivação	Total	%
Fonte complementar de renda	9.628	48,8
Alternativa ao desemprego	9.190	46,2
Maiores ganhos em empreendimento coletivo	8.471	43,1
Atividade na qual todos são donos	8.328	42,7
Desenvolvimento comunitário	5.646	28,6
Condição para ter acesso a financiamentos e apoio	4.190	21,3
Motivação social, filantropia ou religiosa	3.881	19,3
Alternativa organizativa à desqualificação	3.180	16,3
Interesse de política pública	3.113	15,8
Atração profissional em atividade específica	2.820	14,3
Estabelecimento de grupo técnico	1.812	9,2
Proteção/comercialização de produtos orgânicos	1.693	8,2
Organização de beneficiários de políticas públicas	1.110	5,7
Respostação de empresa privada	691	3,7
Outros	1.890	9,6

Fonte: Banco de dados do SIES. Elaboração do próprio autor.

Um ponto importante para analisar a capacidade de geração de renda dos empreendimentos é a sua capacidade de comercializar seus produtos e serviços. Entre as principais dificuldades, destacam-se a falta de capital de giro, a estrutura inadequada para a comercialização, o elevado custo de transporte, além da concorrência dos intermediários comerciais, também conhecidos popularmente como “atravessadores”, IPEA, (2016).

Uma possibilidade de resolver essa questão do acesso a crédito e também capital de giro, indicado como a principal dificuldade na comercialização, seria por meio de políticas públicas que disponibilizassem linhas de crédito favoráveis de acordo com suas atividades (Silva; Nagem, 2012). Tabela 3 apresenta cada uma das principais dificuldades listadas pelos EES por ordem de importância.

Gráfico 3 - Principais dificuldades na comercialização (total de EES 6.839).



Fonte: Banco de dados do SIES. Elaboração do próprio autor.

Segundo o IPEA, (2016) as dificuldades econômicas dos empreendimentos comprometem a capacidade de investimento em compra de equipamentos, gastos com infraestrutura física de instalação e ampliação do estoque de matérias-primas, entre outros. Somente 32,3% fizeram algum tipo de investimento, e 67,7% do total de EES não realizaram nenhum. Essas dificuldades atingem os EES diretamente, onde não conseguem investir devido a sua baixa capacidade de geração de excedente; e por não investirem, não conseguem potencializar sua estrutura produtiva para poderem gerar maior excedente econômico. Gráfico 4.

Gráfico 4 - Investimento realizados por Empreendimento Econômico Solidário (EES) x principais tipos de investimento (número de EES 6.359) (%).



Fonte: Banco de dados do SIES. Elaboração do próprio autor.

O baixo percentual de Empreendimento Econômico Solidário (EES) com acesso a crédito explica, em parte, essa dificuldade em se fazer novos investimento, já que apenas 23,3% deles buscaram alguma linha de financiamento, e apenas 11,1%, ou seja, apenas a metade desse grupo que tentou crédito, conseguiu. Porém, 69,2% dos EES necessitavam de financiamento, o que aponta para a existência de uma demanda reprimida de crédito para empreendimentos coletivos. A questão da informalidade é um dos fatores limitantes (se não o principal) para capacitarem os EES a acessarem linhas de crédito para custeio e investimento de suas atividades. Gráfico 5.



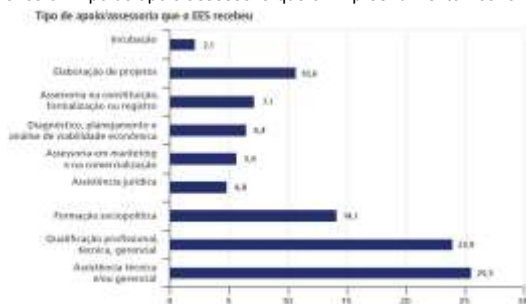
Gráfico 5 - Necessidade de financiamento e dificuldades encontradas



Fonte: Banco de dados do SIES. Elaboração do próprio autor.

Outra questão importante para se pensar a capacidade de organização desses empreendimentos é seu acesso à assessoria, assistência ou capacitação técnica que envolve suas atividades. O gráfico 6 mostra que 62,9% dos EES afirmaram que tiveram acesso a algum tipo de assessoria ou qualificação técnica no ano anterior à pesquisa, e 37,1% não tiveram acesso algum.

Gráfico 6 - Tipo de apoio/assessoria que o Empreendimento Econômico Solidário recebeu.



Fonte: Banco de dados do SIES. Elaboração do próprio autor.

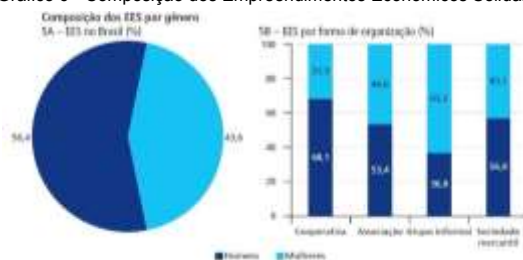
Em termos de relação de gênero, a maioria do quadro social desses EES é do sexo masculino: 803.373 (56,4% do total) contra 620.258 do sexo feminino (43,6%), com uma média de 41 homens e 32 mulheres por EES. Nesse quesito, as cooperativas e os grupos informais apresentam outra relação inversa: enquanto as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) dentre as formas de organização dos empreendimentos, os grupos informais são os únicos com média superior de mulheres (63,2%).

Embora não conste no questionário do SIES a pergunta sobre quantidade de horas trabalhadas semanalmente no empreendimento, as experiências empíricas do mundo do trabalho permitem supor que parte dessa realidade é explicada pela necessidade de muitas mulheres buscarem uma ocupação em tempo parcial que lhe permita uma complementação da renda familiar e que ela possa conciliar com outros afazeres que ainda são majoritariamente desempenhados pela população feminina, como os cuidados do lar e da

família. Isso explica parte da razão de um alto percentual de mulheres em empreendimentos informais, por exigirem dinâmicas administrativas mais simples e serem mais fáceis de serem desfeitos em caso de uma eventualidade. Já com relação à área de atuação, os EES urbanos apresentam média de homens e mulheres mais equilibrada, enquanto que, nos rurais e rurais / urbanos, a predominância é masculina. (IPEA, 2016, p.24).

As mulheres rurais são as responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo. Elas exercem também um importante papel na preservação da biodiversidade e garantem a soberania e a segurança alimentar ao se dedicar a produzir alimentos saudáveis. Por outro lado, as mulheres rurais são as que mais vivem em situação de desigualdade social, política e econômica. Apenas 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter acesso a créditos e 5%, a assistência técnica. [...] Em todas as regiões do mundo, as mulheres rurais enfrentam mais restrições do que os homens no acesso a terra, insumos agrícolas, água, sementes, tecnologia, ferramentas, crédito, assistência técnica, culturas rentáveis, mercados de produção e cooperativas rurais. (ONU, 2017)<sup>5</sup>.

Gráfico 6 - Composição dos Empreendimentos Econômicos Solidários por Gênero.



Fonte: Banco de dados do SIES. Elaboração do próprio autor.

Por fim, a percepção das principais conquistas até o momento e os principais desafios a serem enfrentados no dia a dia de seu trabalho. Em termos de conquistas, a integração do grupo por meio do trabalho coletivo foi ressaltada pela maioria dos associados entre os EES pesquisados. A questão da geração de renda também foi bastante destacada como conquista obtida pelo empreendimento visto ser a principal finalidade de uma atividade econômica.

### 1.3 CONCLUSÃO

A análise dos dados possibilita um olhar mais sensível para vários aspectos que representam a prática dos empreendimentos de economia solidária como possibilidade de organização coletiva e associativa para a geração de trabalho e renda.

**Commented [JFS2]:** Precisa reescrever a conclusão não está compatível com o seu texto. Três parágrafos consistentes é o suficiente

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>>

Conforme demonstrado a Economia Solidária tem uma preocupação com o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos populares e solidários e com a articulação de condições institucionais e políticas para o seu fortalecimento.

No tocante a consolidação da política em nível local, o avanço é visível, desde a busca de alternativas para a continuidade da política, passando pelos equipamentos públicos criados, pelas formas de controle social instituída, até as redes de articulação que muitas vezes extrapolam o âmbito municipal.

Com relação aos empreendimentos, fica o objetivo de estabelecer elementos para desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade dos EES, propondo caminhos para a incorporação de grupos sociais excluídos, para o aprendizado institucional e fortalecimento das instituições envolvidas. Toda essa multiplicidade encontra acolhimento num sistema de apoio formado por um conjunto de equipamentos estruturados.

#### 1.4 REFERÊNCIAS

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre, 2013. 256p.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) – Ver. Katal.**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 11-19, jun. 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. O mapeamento Nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, p. 07-24, jun. 2013.

GUERRA, Alexandre; CAZZUNI, Dulce; Rosa Almeida. **Geração de oportunidades - o papel dos programas de transferência de renda**. 1 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no brasil**: nota metodológica e análise das dimensões sócio estruturais dos empreendimentos. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/relatoriopesquisa/161026\\_relatorio\\_pesquisa\\_novos\\_dados\\_mapeamento\\_economia\\_solidaria\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MENDES, A. A. et al. A trajetória da UNESP no contexto da Economia Solidária. **Ciência em extensão**, São Paulo, v. 10, n. 30, p. 14-40, jun. 2014.

MINISTERIO DA ECONOMIA. **Mapeamento de economia solidária no brasil**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

POCHMANN, Marcio. **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em sp**. 1 ed. [S.L.]: Cortez, 2003. 150 p.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **IPEA**, São Paulo, v. 1, p. 43-48, jun. 2009.

SISTEMA OCB. **O que é cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 20 mar. 2019.